

# Mudanças na economia

Brasil

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, anunciou algumas medidas novas na política econômica, principalmente uma ligeira queda na taxa de juros e no compulsório, que certamente terão reflexos no conjunto da atividade produtiva do País. Aliás, nas últimas semanas o Governo tem adotado iniciativas que significam uma tímida mas constante abertura no crédito ao consumidor e na diminuição dos depósitos dos bancos à ordem do Banco Central. Em outras palavras: mais dinheiro no comércio e na indústria.

Como sempre nessas circunstâncias, não há consenso sobre o estado atual da economia. Na palavra de líderes sindicalistas e de muitos empresários que mantiveram longa audiência com o ministro da Fazenda, anteontem, o que existe hoje no Brasil é uma recessão econômica. Malan contesta, mostrando números sobre o avanço da produção industrial, das importações e das exportações que contradizem essa visão pessimista. Quando muito, o ministro admite problemas localizados em alguns segmentos industriais.

É inútil a discussão sobre se há ou não recessão no País. Empresas que estão falindo ou pedindo concordatas e trabalhadores que perdem seus empregos estão convencidos de que a economia estagnou — e ninguém vai lhes mudar a opinião. Por outro lado, de posse de dados e de estatísticas po-

sitivas, o Governo não vai mudar o tom de seu discurso: o Plano Real está bem, a inflação despencou há muito tempo, a moeda tem poder aquisitivo e a produção geral não cessa de aumentar.

Menos importante do que saber quem tem razão é constatar que, de algumas semanas para cá, o Governo tem baixado medidas liberalizantes do crédito em todos os escalões. Os bancos têm sido aliviados do compulsório, dispondo de mais recursos para emprestar; os juros têm diminuído, ainda que em menor intensidade do que a desejava; novas regras do cheque especial e dos débitos de cartões de crédito aliviaram a classe média; prazos de consórcios foram estendidos. Enfim, há um conjunto de providências que redundam em benefícios para a atividade econômica produtiva.

É positivo constatar, por outro lado, que o Governo tem dialogado permanentemente com o Congresso e com empresários e sindicalistas sobre a situação econômica, incluindo temas delicados e controvertidos, como o desemprego. Se é difícil, quase impossível, que o Governo convença os interlocutores de que não há recessão e estes últimos não conseguem fazer as autoridades mudarem de opinião, pelo menos esse diálogo resulta em medidas concretas de liberalização do arrocho creditício — uma providência de ordem prática que tem o dom de superar o debate das teorias.